



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília, 21 de maio de 2013

**Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco
Central do Brasil na Comissão Mista de Orçamento do Congresso
Nacional**

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

Estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º do art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, e sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao segundo semestre de 2012.

Aproveito a oportunidade para atender aos requerimentos números:

- 92/13-CFT, do Exmo. Deputado Mandetta, e
- 162/13-CVT, do Exmo. Deputado Rodrigo Maia.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

O Banco Central do Brasil apresentou no segundo semestre de 2012 resultado positivo de R\$12,3bilhões. No primeiro semestre daquele ano, 2012, havia sido apurado resultado de R\$12,3bilhões, totalizando, assim, no ano de 2012 o montante de R\$24,6 bilhões de resultado positivo no Banco Central. Como determina a Lei, ambos os resultados foram transferidos ao Tesouro Nacional, sendo que a transferência referente ao resultado do segundo semestre de 2012 foi realizada em março deste ano, 2013.

Cabe ressaltar que, ainda de acordo com a legislação em vigor, o resultado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais (swaps) é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não compondo o resultado consolidado do Banco Central.

No caso da administração das reservas internacionais o resultado no segundo semestre de 2012 foi negativo em R\$10,2 bilhões, o qual somado ao resultado positivo de R\$31,4 bilhões no primeiro semestre, totalizou no exercício de 2012 saldo positivo de R\$21,2 bilhões.

Com relação aos derivativos cambiais (swaps cambiais), o Banco Central apurou resultado de R\$0,3bilhão no segundo semestre. Somado ao resultado de R\$0,8bilhão no primeiro semestre, encerrou o exercício de 2012 com saldo positivo de R\$1,1 bilhão.

A propósito, dadas às condições de mercado, o Banco Central liquidou todas as suas posições com derivativo cambial no final de março de 2013. No momento não possuímos nem posições vendidas nem posições compradas de derivativos cambiais. Mas isso não significa que esses instrumentos foram abolidos. No futuro, caso seja necessário, poderemos retomar a utilização dos derivativos cambiais, os quais têm se mostrado importantes instrumentos de política para reduzir a volatilidade e corrigir disfunções no mercado cambial.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2012, gostaria de ressaltar que o parecer da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e as demonstrações contábeis de 2012 foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em fevereiro de 2013.

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

A seguir, gostaria de falar sobre o cenário econômico internacional e sobre a economia brasileira.

O ambiente internacional permanece complexo, e os riscos para a estabilidade financeira global ainda permanecem elevados. Em termos de atividade, há avanços em importantes economias maduras, e as economias emergentes, de modo geral, têm tido bom desempenho. Não obstante as perspectivas de atividade global moderada neste ano, a tendência é que ocorra intensificação da atividade econômica global em 2014.

Nas economias maduras, o espaço para utilização de política monetária convencional continua sendo limitado, e os bancos centrais mantiveram, ou mesmo ampliaram, suas ações não convencionais. No entanto, a transmissão via canal de crédito, de modo geral, não tem sido a esperada, principalmente no caso de pequenas e médias empresas e, em especial, na Europa. Ademais, haja vista o processo de desalavancagem em curso, nos principais blocos econômicos, prevalecem restrições fiscais neste e nos próximos anos.

Nos Estados Unidos, discussões sobre o curso da política fiscal ocorridas no final de 2012 e no início de 2013, bem como aumentos de impostos e cortes automáticos de despesas recentemente implementados, contribuem para moderação do ritmo de crescimento neste primeiro semestre. No entanto a influência desses eventos tende a arrefecer, e a economia, a ganhar tração nos próximos semestres.

Na Europa, a atividade continua mostrando sinais de fragilidade, e as projeções para este ano indicam retração da economia na Itália, na França e na Espanha, bem como desaceleração do ritmo de crescimento na Alemanha.

As ações tomadas pelas autoridades locais na Europa, em particular as iniciativas do Banco Central Europeu, contribuíram decisivamente para a estabilização dos mercados desde meados do ano passado.

Aparentemente, entretanto, os canais de transmissão não têm funcionado apropriadamente, de modo que disfunções, como as observadas no mercado de crédito, têm afetado de forma importante as pequenas e médias empresas, que respondem pela geração de mais de sessenta por cento dos postos de trabalho na região da Europa.

Como reflexo, as taxas de desemprego permanecem elevadas nos países mais diretamente afetados pela crise, especialmente entre a população mais jovem.

No caso do Japão, as perspectivas de crescimento melhoram – resultado dos estímulos monetário e fiscal introduzidos. O Banco do Japão planeja injetar algo como US\$700 bilhões por ano na economia, dobrando a base monetária em dois anos. Com essa iniciativa, o Banco do Japão visa não só evitar uma espiral deflacionária como também fazer com que a inflação convirja para a meta de 2% ao ano até 2015.

Nas economias emergentes, de modo geral, o ritmo de atividade tem se intensificado, o que, em grande parte, se deve a resiliência da demanda doméstica. O desempenho comparativamente melhor do mercado interno no mundo emergente, entre outros fatores, explica-se pelo fato de que essas economias não fazem parte do epicentro da crise financeira internacional; de outro lado, porque, nesse grupo de países, havia espaço para a adoção de políticas macroeconômicas anticíclicas.

Especificamente sobre o Brasil, o principal suporte da atividade tem sido e continuará sendo o mercado doméstico.

Nesse sentido, o consumo das famílias tem se mostrado robusto ao longo dos últimos anos e tende a continuar em crescimento, apoiado pela expansão moderada do crédito, pela geração de empregos, pelas transferências de renda e pelo crescimento dos salários.

Os investimentos voltaram a crescer no quarto trimestre de 2012, e essa retomada se intensifica no primeiro trimestre deste ano. A recuperação do investimento se reflete, por exemplo, no crescimento da produção e da importação de bens de capital (máquinas). Na mesma direção também aponta a evolução da rubrica “aluguel de máquinas e equipamentos”, rubrica essa do balanço de pagamentos.

Os mercados financeiros internacionais registram níveis extraordinariamente elevados de liquidez. Por conseguinte o acesso de empresas brasileiras à poupança externa tem sido relativamente facilitado e a custos historicamente baixos. O Brasil tem se beneficiado dessas condições excepcionais, tendo sido, nos últimos anos, um dos principais receptores de investimento estrangeiro direto no mundo.

É importante mencionar que, além da atual recuperação cíclica da formação bruta de capital (investimento), que ocorre em linha com o ciclo dos negócios, criam-se perspectivas de que, nos próximos anos, ocorra uma ampliação da taxa de investimento da economia. Como parte relevante desse processo, destaco o programa de concessões de serviços públicos ora em andamento.

No entanto, tão ou mais importante do que os impactos diretos das concessões sobre os investimentos, são os efeitos positivos que a ampliação e a melhoria da logística terão sobre o ânimo do empresariado.

O fortalecimento da confiança empresarial, combinado à natural e esperada redução de custos decorrente de uma logística mais eficiente, contribuirá para viabilizar um grande número de projetos de investimentos que, hoje, se apresentam economicamente inviáveis.

Nesse contexto, como historicamente tem acontecido, a poupança externa continuará como fonte importante de recursos para financiar o nosso desenvolvimento, ou seja, o Brasil continuará a receber vultosos fluxos de investimentos estrangeiros.

Natural que assim seja, pois a teoria e a evidência indicam que o capital se desloca para as regiões com melhores perspectivas de crescimento, onde a taxa esperada de retorno é mais elevada. Como contrapartida, poderá ocorrer um eventual aumento temporário do *deficit* em transações correntes do balanço de pagamentos, o que deve ser visto como decorrência imediata e esperada de um ciclo de expansão do investimento.

No entanto não devemos perder de vista que os atuais níveis de liquidez e de taxas de juros fazem parte de circunstâncias muito especiais, que tendem a desaparecer em poucos anos.

Mas o Brasil está e estará preparado para enfrentar eventuais “ventos contrários”. Além de sólidos fundamentos econômicos – entre os quais um estoque em torno de US\$375 bilhões em reservas internacionais –, temos um sistema financeiro bem capitalizado, com elevados níveis de liquidez e de provisionamento.

Em relação ao lado da oferta da economia, a produção industrial se expandiu nos últimos meses: cresceu ao ritmo anualizado de 3,3% no primeiro trimestre em relação ao último trimestre de 2012 e o crescimento tem paulatinamente se disseminado entre os diversos segmentos que compõem o setor industrial.

As informações disponíveis para o segundo trimestre vão na mesma direção. O mês de abril registrou recorde histórico de produção de automóveis e de caminhões, com expansão de 6,8% em relação a março e de mais de 30% em relação a abril de 2012.

No setor agrícola, a produção de grãos tende a ser recorde em 2013. De acordo com estimativas publicadas pelo IBGE, a safra de grãos brasileira deve superar 185 milhões de toneladas neste ano, 14% maior do que em 2012.

As perspectivas positivas para a agricultura já se refletem em outros segmentos. Por exemplo, as vendas de máquinas agrícolas automotrizes aumentaram em torno de 30% no primeiro quadrimestre de 2013, na comparação com igual período do ano passado.

O setor de serviços, por natureza o menos exposto aos efeitos da crise internacional e o que melhor responde às ações de política, tem mostrado bastante resistência e permanece em expansão.

Em resumo, no primeiro trimestre a economia cresceu em ritmo mais intenso do que no último trimestre de 2012, e projeções indicam crescimento, em 2013, ao redor de 3%.

Nesse contexto, então, neste ano a recuperação tende a se consolidar, e as perspectivas para os próximos anos indicam a sustentabilidade do processo de recuperação da economia brasileira.

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

Agora, vou me concentrar em um tema que faz parte das preocupações cotidianas do Banco Central, qual seja, a inflação.

Choques de oferta registrados no segmento de alimentos, entre outros fatores, contribuíram para manter a inflação em níveis elevados, acima do esperado nos últimos trimestres. Não obstante esses desenvolvimentos, quero reafirmar a avaliação do Banco Central de que a inflação está e continuará sob controle.

A propósito, a comunicação e as ações do Banco Central têm sido consistentes com essa visão. Em janeiro, o Banco Central explicitou sua preocupação com o nível da inflação e com a dispersão dos aumentos de preços.

Com isso, também indicou que não compartilhava do entendimento, que na oportunidade ainda prevalecia em alguns segmentos, de que cortes adicionais na taxa básica de juros da economia (Selic) seriam apropriados.

Em março, o Banco Central reafirmou sua preocupação com o cenário prospectivo para a inflação. Além disso, sinalizou que, no futuro próximo, poderia ocorrer uma resposta da política monetária, ou seja, uma elevação da taxa básica de juros da economia.

Não resta dúvida de que a comunicação é parte integrante e importante do processo de condução da política monetária. As mensagens passadas pelo Banco Central, *per se*, determinaram mudanças relevantes nas condições financeiras, de modo geral.

Mas ações também foram tomadas, e a mais relevante foi o início de um ciclo de ajustes na taxa básica de juros da economia (Selic).

O Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e de consumidores na economia brasileira.

Lembro mais uma vez que o Banco Central está vigilante e fará o que for necessário, com a devida tempestividade, para colocar a inflação em declínio no segundo semestre e para assegurar que essa tendência persista no próximo ano.

Nos próximos três meses – maio, junho e julho – a inflação mensal já será menor do que a inflação observada nos primeiros meses de 2013. E no início do segundo semestre a inflação acumulada em doze meses começará a cair.

Exmo. Sr. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

Essas foram as minhas considerações iniciais.

Coloco-me à inteira disposição de Vossas Excelências para prestar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Muito obrigado.